

**FUNDAÇÃO ESTADUAL DE
PROTEÇÃO AMBIENTAL
HENRIQUE LUIS ROESSLER – FEPAM**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2022**



ANALISTA – ADVOGADO

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



**INSTITUTO
CONSULPLAN**

EMPREGO/OCUPAÇÃO: ANALISTA – ADVOGADO**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA****A responsabilidade e a sustentabilidade ambiental**

O surgimento das indústrias, durante a Primeira Revolução Industrial (final do século XVIII) trouxe consigo um incremento na fabricação de produtos e o progresso contínuo da qualidade e da expectativa de vida da população. Entretanto, esse rápido desenvolvimento não levou em conta os impactos que seriam causados ao meio ambiente, em decorrência dessas atividades industriais, desde a obtenção da matéria-prima e o uso de recursos naturais até o descarte do produto, por parte dos consumidores.

Ao longo dos séculos, constatou-se que esse modelo de desenvolvimento deixou um rastro de destruição ambiental, provocando a extinção de fontes não renováveis de energia, a elevação da temperatura do planeta pelo efeito do aquecimento global e tanto a fauna quanto a flora foram seriamente comprometidas. Não é difícil prever que o resultado desse desequilíbrio será catastrófico, colocando em risco o futuro da humanidade. Visando minimizar os efeitos desses desastres ambientais e ajudando a humanidade a evoluir, sem colocar em risco o futuro do planeta Terra, vários dispositivos legais, normativos e regulatórios foram criados em todo o planeta, com o objetivo de proteger o meio ambiente.

Além disso, o desenvolvimento sustentável, antes visto como um modelo oneroso pelas entidades, se tornou uma vantagem competitiva para as empresas que adotam rigorosas políticas ambientais. É essencial que as empresas estabeleçam medidas de responsabilidade ambiental, visando a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, reduzindo os seus impactos, com vista ao atingimento do desenvolvimento sustentável. Algumas medidas de responsabilidade ambiental estão presentes, no nosso dia a dia, ainda, que muitas vezes passem despercebidos, tais como: a necessidade de economizar água e energia elétrica e de evitar colocar o lixo em local inapropriado, além de prevalecer o uso do transporte público/coletivo, em vez de carro particular.

No que se refere à sustentabilidade ambiental das empresas, existem exemplos como a criação de programas para reciclagem de lixo e de economia de água/energia, além de campanhas para reaproveitamento de água da chuva e para utilização da matéria-prima de empresas responsáveis com o meio ambiente, como, também, o estímulo a não poluição dos rios, afluentes e nascentes e ao investimento em medidas de economia de recursos não renováveis. Todas essas ações pessoais e as medidas/providências empresariais adotadas/tomadas pelas sociedades em geral promovem o desenvolvimento sustentável das empresas e visam proteger os recursos naturais. Afinal, ao estimular e cultivar a responsabilidade e a sustentabilidade ambiental empresarial, além de promover um ambiente de negócios mais saudável, também fortalece a identidade, a posição e a marca da empresa.

Em outras palavras, as atitudes tomadas pelas empresas para reduzir os impactos ambientais proporciona o desenvolvimento sustentável e promove a responsabilidade e a educação ambiental, de forma consciente, trazendo benefícios para os

empreendimentos. Nunca esquecendo que investir na questão ambiental, trata-se de fator determinante e não um diferencial, pois a sobrevivência do negócio dificilmente alcançará uma longevidade, sem a devida responsabilidade e a sustentabilidade ambiental.

(Cláudio Sá Leitão e Luís Henrique Cunha. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/opiniao/2022/07/a-responsabilidade-e-a-sustentabilidade-ambiental.html>. Acesso em: 06/07/2022. Adaptado.)

Questão 01

Considerando o significado contextual das palavras, pode-se afirmar que o termo “incremento”, no primeiro período do texto, apresenta a acepção de:

- A) Distinção.
- B) Intrepidez.
- C) Legitimidade.
- D) Estabelecimento.
- E) Desenvolvimento.

Questão 02

Para que a coerência textual seja devidamente estabelecida, vários recursos são acionados pelo enunciador com o objetivo de garantir que a mensagem se apresente ao interlocutor tal qual foi intencionada. Dentre os recursos da coerência pode ser reconhecido o emprego adequado de determinados vocábulos e/ou expressões que contribuem para a adequação do enunciado. Acerca do termo destacado em “Entretanto, esse rápido desenvolvimento não levou em conta os impactos [...]” (1º§) pode-se afirmar que:

- I. A mobilidade posicional na frase é permitida.
- II. Indica um efeito contrastivo entre duas informações.
- III. Estabelece a representação de fatos coexistentes e simultâneos.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Questão 03

O texto possui características textuais quanto à estrutura e recursos apresentados que indicam como principal finalidade:

- A) Reverter o cenário de prejuízos causados ao meio ambiente de modo a minimizar tais efeitos.
- B) Assegurar o cumprimento de atitudes que visem a melhoria e fortalecimento dos espaços sustentáveis.
- C) Provocar o interlocutor acerca de questões relacionadas à realidade vivida pela sociedade no século XXI.
- D) Persuadir acerca da necessidade de um maior comprometimento e responsabilidade sobre as questões ambientais.
- E) Expor, de forma clara e objetiva, elementos que confirmam a necessidade da retomada de ações em relação à sustentabilidade ambiental.

Questão 04

No desenvolvimento das informações e ideias apresentadas no texto utilizam-se marcadores argumentativos, operadores discursivos, conectivos diversos que possibilitam a progressão textual adequada. Entre eles é possível identificar alguns marcadores temporais destacados a seguir, com EXCEÇÃO de:

- A) “[...] durante a Primeira Revolução Industrial, [...]” (1º§)
- B) “Ao longo dos séculos, constatou-se que esse modelo de desenvolvimento [...]” (2º§)
- C) “[...] além de campanhas para reaproveitamento de água da chuva e para utilização da matéria prima [...]” (4º§)
- D) “Nunca esquecendo que investir na questão ambiental, trata-se de fator determinante e não um diferencial, [...]” (5º§)
- E) “Não é difícil prever que o resultado desse desequilíbrio será catastrófico, colocando em risco o futuro da humanidade.” (2º§)

Questão 05

De acordo com o emprego da norma padrão da língua, considere as variações a seguir para a forma verbal destacada em “[...] trouxe consigo um incremento na fabricação de produtos [...]” (1º§) e indique a INADEQUADA (desconsidere possíveis alterações semânticas).

- A) traz
- B) traria
- C) trouxera
- D) havia trago
- E) havia trazido

Questão 06

Considerando o fragmento “[...] trouxe consigo um incremento na fabricação de produtos e o progresso contínuo da qualidade e da expectativa de vida da população.” (1º§) é possível observar a utilização do elemento anafórico, um dos recursos de coesão textual utilizados na construção do texto, demonstrando um exemplo de:

- A) Coesão sequencial.
- B) Coesão recorrencial.
- C) Introdução do referente.
- D) Antecipação do referente.
- E) Manutenção do referente.

Questão 07

Apesar de o texto apresentar de forma predominante o emprego da norma padrão, indique a seguir o trecho em que a concordância NÃO foi observada:

- A) “Nunca esquecendo que investir na questão ambiental, trata-se de fator determinante e não um diferencial, [...]” (5º§)
- B) “Não é difícil prever que o resultado desse desequilíbrio será catastrófico, colocando em risco o futuro da humanidade.” (2º§)
- C) “Ao longo dos séculos, constatou-se que esse modelo de desenvolvimento deixou um rastro de destruição ambiental, [...]” (2º§)
- D) “Em outras palavras, as atitudes tomadas pelas empresas para reduzir os impactos ambientais proporciona o desenvolvimento sustentável [...]” (5º§)
- E) “É essencial que as empresas estabeleçam medidas de responsabilidade ambiental, visando a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, [...]” (3º§)

Questão 08

Quanto à formação e estruturação das palavras da língua portuguesa, sabe-se que em sua composição elas podem apresentar radical e afixos. Em “Não é difícil prever que o resultado desse desequilíbrio será catastrófico, colocando em risco o futuro da humanidade.” (2º§), os termos destacados apresentam em sua formação tipos de afixos assim como é possível identificar no par de vocábulos indicados em:

- A) indústrias / final
- B) preservação / energia
- C) desastres / humanidade
- D) despercebidos / inapropriado
- E) desenvolvimento / qualidade

Questão 09

De acordo com as informações e ideias trazidas ao 2º§ pode-se afirmar que:

- A) Há uma sequência de informações baseada em uma constatação, possibilidade e ação.
- B) A proteção do meio ambiente depende exclusivamente da criação e aplicação de normas regulatórias em todo planeta.
- C) É introduzido um novo tópico frasal a partir do primeiro período estabelecendo uma interrupção em relação ao dito anteriormente.
- D) É possível constatar que há uma oposição ao desenvolvimento a partir do surgimento das indústrias e a todas as consequências concretizadas com ele.
- E) Efeitos tais como o aquecimento global e extinção de fontes de energia podem ser constatados e tidos como necessários para a criação de atos normativos com o fim de proteção ambiental.

Questão 10

É possível identificar o ponto de vista do enunciador em:

- A) “Afinal, ao estimular e cultivar a responsabilidade e a sustentabilidade ambiental [...]” (4º§)
- B) “Algumas medidas de responsabilidade ambiental estão presentes, no nosso dia a dia, [...]” (3º§)
- C) “Nunca esquecendo que investir na questão ambiental, trata-se de fator determinante e não um diferencial, [...]” (5º§)
- D) “[...] o desenvolvimento sustentável, antes visto como um modelo oneroso pelas entidades, se tornou uma vantagem competitiva [...]” (3º§)
- E) “No que se refere à sustentabilidade ambiental das empresas, existem exemplos como a criação de programas para reciclagem de lixo [...]” (4º§)

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

Uma pesquisa sobre a preferência de 500 alunos de uma dada escola, por três projetos A, B e C, que devem ser desenvolvidos no ano de 2023, revelou que, dos entrevistados, 120 alunos não tiveram preferência por nenhum dos três projetos; 210 preferem desenvolver o projeto A; 230 preferem desenvolver o projeto B; 160 preferem o projeto C; 90 preferem os projetos A e B; 90 preferem os projetos A e C; e, 70 preferem desenvolver os projetos B e C. A quantidade de alunos que prefere desenvolver somente o projeto A é:

- A) 30
- B) 40
- C) 60
- D) 100
- E) 210

Questão 12

Em uma partida de petecas apenas dois jogadores adversários se enfrentarão. Um torneio será realizado nesta modalidade esportiva e contará com 50 jogadores. Foi estabelecido que cada partida será de um set e o competidor que for derrotado duas vezes será eliminado deste torneio, dando a vez para um outro jogador. O número máximo de partidas que poderão ser disputadas para se chegar ao campeão será:

- A) 49
- B) 50
- C) 99
- D) 100
- E) 199

Questão 13

Em uma loja, os atendimentos aos clientes são sempre feitos por 4 dos seus 7 colaboradores, sendo que, para uma eventualidade qualquer, dois particulares colaboradores, por serem os mais experientes, nunca são escalados pra trabalharem juntos. Sabendo-se que em todos os grupos de atendimento participa apenas um dos colaboradores mais experientes, a quantidade de grupos distintos de 4 colaboradores que podem ser formados é:

- A) 2
- B) 8
- C) 10
- D) 20
- E) 40

Questão 14

Os quantificadores, universal e existencial, são operadores lógicos que restringem as funções proposicionais, de forma que estas funções se refiram a todo o conjunto ou a uma parte dele. Considere $A = \{1, 2, 3, 4, 5\}$ e dado $x \in A$. Assinale, a seguir, a função proposicional quantificada que tem seu valor lógico falso.

- A) $\forall x (x + 3 < 10)$
- B) $\exists x (x + 3 > 5)$
- C) $\forall x (x + 3 \leq 7)$
- D) $\exists x (x^2 + 2x = 15)$
- E) $\exists x (x^2 - 7x + 10 = 0)$

Questão 15

Duas proposições, expressas de maneiras diferentes, podem ser logicamente equivalentes, mesmo que, aparentemente, não apresentem uma relação entre elas. Assinale a alternativa em que as proposições não são logicamente equivalentes.

- A) Dizer que “Mateus é artista ou Lucas não é engenheiro” é logicamente equivalente a dizer que “se Lucas é engenheiro, então Mateus é artista”.
- B) Dizer que “José não é pedreiro ou Maria é paulista” é logicamente equivalente a dizer que “se José é pedreiro, então Maria é paulista”.
- C) Dizer que “se Josué é economista, então Sara é solteira” é logicamente equivalente a dizer que “se Josué não é economista, então Sara não é solteira”.
- D) Dizer que “não é verdade que Noah é pobre e Paulo é alto” é logicamente equivalente a dizer que “é verdade que Noah não é pobre ou Paulo não é alto”.
- E) Dizer que “a menina tem olhos verdes ou o menino é loiro” é logicamente equivalente a dizer que “se a menina não tem olhos verdes, então o menino é loiro”.

Questão 16

As alunas Ana; Eva; Dalila; e, Ester receberam suas provas de matemática corrigidas e algumas delas fizeram os comentários a seguir sobre as suas notas:

- Comentário de Ana: Dalila tirou 9 pontos e Eva tirou 8 pontos.
- Comentário de Eva: Dalila tirou 8 pontos e Ester tirou 7 pontos.
- Comentário de Dalila: Ester tirou 6 pontos e Ana tirou 8 pontos.

Cada uma das três alunas disse uma verdade e uma mentira, não necessariamente nessa ordem. Considerando a ordem decrescente de suas notas, assinale, a seguir, a seqüência correta dos nomes das quatro alunas.

- A) Ester; Dalila; Ana; e, Eva.
- B) Eva; Ester; Dalila; e, Ana.
- C) Ana; Eva; Ester; e, Dalila.
- D) Eva; Ester; Ana; e, Dalila.
- E) Dalila; Ana; Ester; e, Eva.

Questão 17

Para a lógica matemática, sobre argumento válido, analise as afirmativas a seguir.

- I. Se a Terra é uma estrela, então ela gira em torno do Sol. A Terra é uma estrela. Portanto, a Terra gira em torno do Sol.
- II. Se João está vivo, então ele está morto. João está vivo. Logo, João está morto.
- III. Se a Lua é satélite da Terra, então tem órbita em torno do Sol. A Lua é satélite natural da Terra. Portanto, a Lua tem órbita em torno do Sol.
- IV. Se Mário é jogador de vôlei profissional, então é atleta. Mário é jogador de vôlei profissional. Logo, Mário é atleta.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I, II, III e IV.
- B) IV, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) I, III e IV, apenas.

Questão 18

Considere as proposições:

- Se Benjamin é influenciador digital, então Rebeca não é professora.
- Se Benjamin não é influenciador digital, então Caleb é engenheiro de dados.

Sabendo-se que Rebeca é professora, pode-se concluir, corretamente, que:

- A) Caleb é engenheiro de dados.
- B) Benjamin é influenciador digital.
- C) Rebeca é professora e Benjamin é influenciador digital.
- D) Rebeca é professora e Caleb não é engenheiro de dados.
- E) Benjamin é influenciador digital ou Caleb não é engenheiro de dados.

Questão 19

No quadro a seguir estão listados os principais conectivos utilizados em operações lógicas sobre preposições e seus respectivos símbolos:

Conectivos	Símbolos
Negação	~
Conjunção	∧
Disjunção	∨
Condicional	→
Bicondicional	↔

Considere A, B e D como sendo proposições simples e P₁ e P₂ as premissas com sua consequência C. Das formas simbólicas de cada argumento a seguir, trata-se de um argumento inválido para a lógica matemática:

- A) P₁ . A → B
P₂ . B → D
C . ~D → ~A
- B) P₁ . A ↔ ~B
C . ~(A ∧ B)
- C) P₁ . ~A ∨ B
P₂ . A
C . B
- D) P₁ . A → B
P₂ . B → D
C . D → A
- E) P₁ . A ∨ B
P₂ . ~B
C . A

Questão 20

Considere as proposições a seguir:

1. José é inteligente ou esperto.
2. José é inteligente e esperto.

“Baseando-se nas proposições dadas, é correto afirmar que na operação lógica, a proposição _____ é uma _____ que tem seu correspondente na operação dos conjuntos: a _____.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) 1 / disjunção / união
- B) 1 / conjunção / união
- C) 2 / conjunção / união
- D) 2 / disjunção / intersecção
- E) 1 / conjunção / intersecção

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO

Questão 21

Quanto à ação civil pública, nos termos da Lei nº 7.347/1985, assinale a assertiva correta.

- A) A Defensoria Pública prescinde de competência para propor a ação principal.
- B) O Ministério Público tem legitimidade para propor pedido cautelar e a ação principal.
- C) O Município pode propor pedido cautelar, mas não tem legitimidade para a ação principal.
- D) A associação constituída há menos de um ano somente tem legitimidade para a ação cautelar especial.
- E) O Ministério Público tem legitimidade para propor a ação principal se propuser a ação cautelar especial.

Questão 22

Nos termos da Lei nº 7.347/1985 e da Lei nº 4.717/1965, na condição de advogado, representando a FEPAM enquanto pessoa jurídica, é possível propor:

- A) Ação popular para a preservação de bem ambiental tombado.
- B) Pedido cautelar de suspensão das atividades poluentes de uma empresa privada.
- C) Apelação de decisão interlocutória que indeferir pedido liminar na ação civil pública.
- D) Ação popular para sustar uma licitação potencialmente lesiva ao patrimônio da fundação.
- E) Ação civil pública em face dos direitos individuais de aposentadoria dos empregados da fundação.

Questão 23

“O Conselho de Administração da FEPAM reuniu-se ordinariamente, mediante convocação da maioria de seus integrantes, comunicada verbalmente aos demais integrantes com antecedência de cinco dias. Na reunião, compareceram dois terços dos representantes que, por maioria dos presentes, aprovou o indicativo de demissão de um empregado da fundação. A decisão foi formalizada em resolução.” Considerando o que dispõe o Decreto nº 51.761/2014, assinale a afirmativa correta.

- A) A convocação da reunião deve ser feita pelo Presidente do Conselho de Administração e deve obedecer à antecedência mínima de cinco dias.
- B) A convocação do Conselho de Administração pode ser feita pela maioria dos integrantes; porém, deve ser comunicada por escrito aos demais membros.
- C) O quórum de instalação das reuniões do Conselho é de maioria simples e as decisões devem ser tomadas por dois terços dos integrantes presentes.
- D) Não é atribuição do Conselho de Administração decidir, previamente, sobre demissão de pessoal, embora possa manifestar-se sobre direitos da carreira.
- E) As decisões do Conselho de Administração, após a deliberação dos seus membros, deve ser registrada por escrito e, posteriormente, formalizadas em ata aditiva ao Regimento.

Questão 24

“Um cidadão gaúcho, ciente de que a Lei Estadual nº 15.434/2020 estabelece que todos são responsáveis pela manutenção do meio ambiente sadio, apresentou denúncia ao Estado do Rio Grande do Sul, apontando um determinado caso de atividade poluidora de um córrego local. O Estado respondeu à denúncia, no prazo de quarenta dias, informando as providências tomadas para a responsabilização do infrator.” Considerando o que dispõe o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a afirmativa correta.

- A) A denúncia foi respondida dentro do prazo legal que é de quarenta e cinco dias, prorrogável, uma única vez, por igual período.
- B) A denúncia apresentada pelo cidadão deve ser respondida em até trinta dias, sob pena de responsabilização dos gestores que deram causa ao atraso.
- C) A responsabilidade pela manutenção do meio ambiente sadio, que propicie qualidade de vida para as presentes e futuras gerações, é exclusiva do Estado.
- D) O cidadão tem o direito de denunciar situações que prejudiquem o meio ambiente, mas o órgão competente para o registro da ocorrência é a Guarda Municipal.
- E) A responsabilização da pessoa física ou jurídica que prejudique o meio ambiente se dá pela reparação integral do dano, independentemente de processo administrativo.

Questão 25

Aberta sindicância em face de determinado servidor público, para apurar falta funcional de natureza grave, veio este, com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) requerer que lhe fosse revelada a identidade do denunciante. Houve a negativa de informar quem fizera a denúncia, considerando a autoridade administrativa que na sindicância inexistente verdadeiro contraditório, já que se está diante de fase prévia, de simples apuração dos fatos. A negativa de acesso à identidade do denunciante está

- A) correta, já que a ausência da identificação do denunciante não implica em prejuízo para o exercício do contraditório.
- B) incorreta, já que a sindicância para apurar denúncia de falta funcional grave abala a honra e a imagem do denunciado.
- C) incorreta, ante a necessidade de ser exercido, mesmo em fase apuratória, o pleno contraditório e a ampla defesa.
- D) ilegal, já que a Lei de Acesso à Informação consigna que o tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente.
- E) inconstitucional, por ferir comando do artigo 5º XXXIII da Carta Magna que faculta a todos o acesso a informações de caráter público.

Questão 26

Observe a definição a seguir: “Trata-se de bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos apenas de acordo com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado sendo exigida justificativa prévia do contratante”. O trecho se refere a:

- A) Bens de uso comum.
- B) Bens de uso especial.
- C) Bens de uso contínuo.
- D) Bens de uso alternativo.
- E) Bens de uso simultâneo.

Questão 27

Conforme disposto na Lei nº 9.605/1998, as penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas são: multa, restritivas de direitos e prestação de serviços à comunidade. Como penas restritivas de direito podem ser apontadas pela lei em comento:

- I. Perda de bens e valores.
- II. Interdição temporária de estabelecimento.
- III. Limitações de fins de semana.
- IV. Proibição de contratar com o Poder Público.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) IV.
- B) I e II.
- C) I e IV.
- D) II e III.
- E) II e IV.

Questão 28

Analise as afirmativas; marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () O poluidor é obrigado, provada sua culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.
- () Uma vez adimplidas as garantias para o exercício de sua atividade, o poluidor não poderá ser responsabilizado por eventual indenização decorrente de dano ambiental.
- () A garantia da prestação de informações relativas ao meio ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

A sequência está correta em

- A) F, F, V.
- B) V, F, F.
- C) V, V, F.
- D) F, V, V.
- E) V, F, V.

Questão 29

Considere a lei alcinhada de Maria da Penha, que estabelece normativa sobre a violência doméstica contra a mulher. Com base em tal regra de direito, é correto afirmar que:

- A) É indispensável que o agressor e a agredida tenham coabitado para que se tipifique a violência doméstica.
- B) Não há violência doméstica, se o marido exige o cumprimento do débito conjugal, previsto no Código Civil.
- C) A mulher não pode alegar violência doméstica, se lhe for negado pelo companheiro, por razões religiosas, o uso de contraceptivo.
- D) A injúria é crime que está regulado no Código Penal, pelo que não prevalece o *bis in idem* para qualificá-la como ato de violência contra a mulher.
- E) Traduz violência patrimonial contra a mulher, passível de enquadramento na lei própria, a destruição parcial ou total de seus instrumentos de trabalho.

Questão 30

“Trata-se de instrumento público ou particular ou termo administrativo firmado perante órgão integrante do SISNAMA, que limita o uso de toda a propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes.”

O trecho define:

- A) A cessão ambiental.
- B) A servidão ambiental.
- C) O zoneamento ambiental.
- D) O licenciamento ambiental.
- E) O padrão de qualidade ambiental.

CONHECIMENTOS DO EMPREGO

Questão 31

Trata-se de critério de gestão de risco a ser aplicado sempre que existirem incertezas científicas sobre a possibilidade de um produto, evento ou serviço desequilibrar o meio ambiente ou atingir a saúde dos cidadãos, o que exige que o estado analise os riscos, avalie os custos das medidas de prevenção e, ao final, execute as ações necessárias, as quais serão decorrentes de decisões universais, não discriminatórias, motivadas, coerentes e proporcionais. É critério dotado de eficácia direta, que impõe ao Estado Democrático de Direito um conjunto de diligências não tergiversáveis, no sentido de que a obrigação de resguardar, de garantir o direito fundamental ao meio ambiente sadio, ocorrerá com a adoção de medidas proporcionais, mesmo casos de incerteza quanto à produção de danos fundamentadamente temidos, ou seja, quando houver juízo de verossimilhança. As informações dizem respeito ao princípio da

- A) precaução.
- B) ponderação.
- C) segurança jurídica.
- D) proporcionalidade.
- E) proteção ambiental integral.

Questão 32

O Decreto Federal nº 6.514/2008 dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente. Entre tais sanções encontra-se o embargo de atividades, possível quando caracterizada a infração ambiental em determinada propriedade ou posse. Em relação ao mencionado embargo de atividade, é correto afirmar que:

- A) A cessação do embargo fica sujeita à decisão específica do Poder Judiciário através de ação própria.
- B) O embargo deve ser decretado mesmo quando se tratar de área não sujeita à reserva legal ou proteção permanente.
- C) Abrange todas as operações que estejam sendo executadas no local em que é caracterizada a infração ambiental.
- D) No caso de áreas irregularmente desmatadas ou queimadas, o embargo envolverá todas as atividades e obras, com exceção daquelas de subsistência.
- E) Sendo a área embargada objeto do Plano de Manejo Florestal Sustentável, paralisadas as atividades, fica seu detentor exonerado do ônus de manter e recuperar a floresta.

Questão 33

Em determinado Estado promulgou-se lei que autorizou, para contenção do mosquito transmissor da dengue, que houvesse a dispersão por meio de aeronaves de produto químico com o objetivo de impedir a reprodução do inseto. O texto da lei registra que a dispersão deve ser aprovada pelas autoridades sanitárias. Não foram feitos estudos prévios sobre a eficácia da medida. Contudo, no próprio texto da lei há referência de que a implementação da medida deveria estar embasada em estudo científico, que corroborasse sua eficácia. Considere que houve arguição de inconstitucionalidade da mencionada legislação, argumentando-se que contraria o direito ao meio ambiente equilibrado. Neste caso, a decisão judicial deve

- A) aguardar o desenvolvimento de estudos científicos sobre a eficácia da medida pretendida, baixando o feito em diligência.
- B) dar interpretação conforme a Constituição, assentando que a aprovação da autoridade sanitária deve ser prévia, exigindo-se, também, o pronunciamento da autoridade ambiental competente.
- C) declarar a inconstitucionalidade da lei, visto que põe ou pode pôr em risco a população das cidades em que for realizada a dispersão do inseticida por meio de aeronaves, sendo este um produto químico, o que torna incontroversa sua periculosidade ambiental.
- D) ponderar que, na situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, prevalece a lei, que objetiva permitir que se executem as medidas necessárias ao controle das doenças causadas pelo mosquito.
- E) julgar improcedente a arguição, pois a mera hipótese de risco, sob fundamento de que a incerteza do método cogitado pela lei seria, por si só, atentatória ao dever de proteção à saúde humana e ao meio ambiente equilibrado não encontra respaldo na realidade dos fatos.

Questão 34

Considere a responsabilidade civil do poluidor-pagador em razão de danos ambientais, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () É objetiva a responsabilidade civil do poluidor-pagador, em razão de danos ambientais causados pela exploração de atividade comercial.
- () Sendo objetiva a responsabilidade civil do poluidor-pagador em razão de danos ambientais desnecessário se faz a produção de prova, além da vinculada à existência do dano.
- () Sendo objetiva a responsabilidade civil do poluidor-pagador não há que falar em ônus da prova, já que esta deve acompanhar de forma cabal a petição inicial.
- () A responsabilidade civil por danos ambientais carece da prova do dano e do nexo de causalidade.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, F.
- B) F, F, V, V.
- C) V, F, V, V.
- D) F, V, F, F.
- E) V, F, F, V.

Questão 35

A Ecologia, em suas várias vertentes, reconhece como diretriz principal a urgência no enfrentamento de problemas ambientais reais, que já logram pôr em perigo a própria vida na Terra, no paradigma da sociedade de risco. É que a crise ambiental traduz especial dramaticidade nos problemas que suscita, porquanto ameaçam a viabilidade do “continuum das espécies”. A interdependência das matrizes que unem as diferentes formas de vida, aliada à constatação de que a alteração de apenas um dos fatores nelas presente pode produzir consequências significativas em todo o conjunto, reclamam uma linha de coordenação de políticas, segundo a lógica da responsabilidade compartilhada, expressa em regulação internacional centrada no multilateralismo.

Considerando o foco multilateral da proteção ambiental, que se expressa com vigor nos vários Acordos e Convenções Internacionais dos quais o Brasil é signatário, em especial para a proteção da fauna e da flora, responsabilizando-se por tomar as medidas necessárias para a regulamentação das importações, exportações e trânsito de espécies protegidas, pode-se afirmar que:

- A) Atrai a competência da Justiça Federal a natureza transnacional do delito ambiental de exportação de animais silvestres.
- B) A transnacionalidade do crime ambiental, voltado à exportação de animais silvestres, atinge interesse indireto, genérico e mediato da União.
- C) O controle do envio clandestino de animais do território nacional é tema de competência da Justiça Estadual, responsável por averiguar a prática de crime ambiental.
- D) Em matéria ambiental não se há de falar em competência residual da Justiça Estadual, quando se trata de investigar e punir atos ilícitos ambientais de quaisquer caracteres.
- E) A garantia conjunta de concretização do que é estabelecido em acordos internacionais de proteção do direito fundamental à segurança ambiental é missão exclusiva das polícias militares ambientais das unidades estaduais.

Questão 36

Considere que no caso que está sendo julgado, há prova de que os réus extraíram 5 m³ de areia do leito de um arroio, sem autorização. Consta dos autos que o arroio em comento vinha sendo alvo constante de inúmeras ações de pequenos exploradores dos seus recursos minerais. O juiz da causa entendeu que: “seja pelo reduzido valor patrimonial a ser usurpado da União, seja pelo mínimo dano ambiental que a retirada de 5 m³ de areia poderia causar, reconheço que inexistente razão para efetivação da reprimenda penal”. A decisão mencionada está

- A) correta, uma vez que é usual aplicar o princípio da insignificância aos crimes ambientais.
- B) correta, sendo suficiente a aplicação de sanção administrativa (multa) no caso vertente.
- C) incorreta, sem punição, haverá incentivo à prática de ato ilícito e negligência com o dever de proteção ao meio ambiente.
- D) incorreta, eis que em nenhuma hipótese aplica-se aos crimes ambientais o princípio da bagatela, já que a lei protege direito indisponível.
- E) correta, já que a extração de areia do arroio em foco era fato usual, tolerado pela pequena quantidade extraída, não se falando em fins lucrativos.

Questão 37

Nos termos da Lei de Acesso à Informação, cabe ao órgão ou entidade pública assegurar ao cidadão o direito de obter informação

- A) primária, íntegra, autêntica e atualizada.
- B) pública, se recolhida em arquivo público.
- C) relativa a processo disciplinar contra servidor.
- D) sobre as contas públicas, salvo as de exercícios anteriores.
- E) sobre propostas licitatórias em qualquer fase do certame.

Questão 38

Nos termos da Lei nº 12.651/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal, a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, assinale a afirmativa correta.

- A) A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas não será autorizada, ainda que se caracterize como hipótese de utilidade pública.
- B) Entende-se por utilidade pública a pequena propriedade ou posse rural familiar, explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural.
- C) Considera-se área urbana consolidada a que está incluída no perímetro urbano ou em zona urbana pelo plano diretor, desde que não disponha de sistema viário implantado.
- D) As florestas e as demais formas de vegetação nativa, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, existentes no território nacional, são bens de interesse comum a todos os habitantes do país.
- E) É permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente exclusivamente para obtenção de água e vedada para realização de qualquer atividade que possa gerar algum impacto ambiental.

Questão 39

Considerando a data de 1º de abril de 2023, no que se refere à legislação relativa a licitações, assinale a afirmativa correta.

- A) Desde a vigência da Lei nº 14.133/2021, em 1º de abril de 2021, os contratos administrativos só podem ser aditados com base neste novo regramento.
- B) Após 1º de abril de 2023, a licitação por convite, tomada de preços e concorrência somente pode ser processada com base no novo regramento licitatório.
- C) Após 1º de abril de 2023, a unificação dos procedimentos de dispensa e de inexigibilidade de licitação fez reduzir para a metade os casos de contratação direta.
- D) Os contratos firmados com base na Lei nº 8.666/1993, se celebrados até 1º de abril de 2023, serão por ela regidos, durante todo o período de vigência contratual.
- E) No período entre 1º de abril de 2021 e 1º de abril de 2023, as licitações pela modalidade tomada de preços podem ser firmadas tanto nos moldes da Lei nº 8.666/1993 quanto da Lei nº 14.133/2021.

Questão 40

De acordo com a Lei nº 9.077/1990, são consideradas competências da FEPAM, EXCETO:

- A) Desenvolver pesquisas e estudos de caráter ambiental.
- B) Diagnosticar, acompanhar e controlar a qualidade do meio ambiente.
- C) Treinar pessoal para o exercício de funções inerentes a sua área de atuação.
- D) Divulgar anualmente à comunidade diagnóstico e prognóstico da qualidade ambiental no Estado.
- E) Assistir tecnicamente os municípios, movimentos comunitários e entidades de caráter cultural, científico e educacional, com finalidades ecológicas nas questões referentes à proteção ambiental.

Questão 41

Astolfo, produtor rural, após uma capina em terreno onde há vegetação natural, ateou fogo em parte de sua propriedade com a intenção de eliminar os resíduos que sobraram no local. Nos termos da Lei nº 9.519/1992 (Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul), assinale afirmativa correta.

- A) É proibido o uso do fogo ou queimadas apenas nas florestas.
- B) Não será permitido uso de fogo como prática de manejo controlado em pastagens, nativas e exóticas, em áreas não mecanizáveis.
- C) Em caso de controle e eliminação de pragas e doenças, como forma de tratamento fitossanitário, o uso de fogo, mesmo que de forma contínua, dependerá de licença do órgão florestal competente.
- D) Em caso de incêndio florestal que não se possa extinguir com recursos ordinários é dever de toda autoridade pública solicitar os meios materiais e convidar pessoas em condições, caso queiram prestar auxílio.
- E) O uso de fogo como prática de manejo controlado em pastagens, nativas e exóticas, em áreas não mecanizáveis, desde que não seja de forma contínua, para limpeza, remoção de touceiras de palhadas e como quebra de dormência de sementes, mediante permissão de órgão do poder público municipal, poderá ocorrer até que seja viabilizada tecnologia alternativa que venha a substituir esta prática.

Questão 42

Nos termos da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, analise as afirmativas a seguir.

- I. São Poderes do município, independentes e harmônicos entre si: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- II. Dentre os bens do Estado, estão os rios com nascente e foz no território estadual.
- III. O Estado poderá intervir em um município quando este deixar de pagar, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- IV. O Poder Legislativo estadual e municipal será exercido, respectivamente, pela Assembleia Legislativa e pelas Câmaras Municipais.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

Questão 43

De acordo com a Lei nº 15.434/2020 (Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul), marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Entende-se por desenvolvimento sustentável, aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades.
- () Considera-se poluição, toda e qualquer alteração dos padrões de qualidade e da disponibilidade dos recursos ambientais e naturais, resultante de atividades ou de qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, mediata ou imediatamente afete desfavoravelmente a biota.
- () É dever de todo cidadão informar ao Estado sobre atividades poluidoras ou degradadoras de que tiver conhecimento, devendo a comunicação ser procedida por escrito e identificada.
- () Os fundos ambientais e o Plano Estadual de Saneamento são considerados instrumentos da política estadual do meio ambiente.

A sequência está correta em

- A) V, V, V, V.
- B) F, F, F, F.
- C) V, V, F, V.
- D) V, F, V, F.
- E) F, V, F, V.

Questão 44

A empresa elegeu um de seus funcionários para ser garoto propaganda de uma campanha promocional de fim de ano e da divulgação do novo uniforme, sem o pagamento de qualquer vantagem para tanto ou coleta de termo de consentimento do uso de imagem, vindo em seguida a publicar um *outdoor* estampado com a imagem do empregado. Sobre o caso em tela, assinale a afirmativa correta.

- A) A autorização tácita é suficiente para comprovar a cessão do uso da imagem, o que pode ser provado pelo depoimento de testemunha.
- B) O uso habitual do uniforme com a logomarca da própria empresa, das empresas parceiras e de seu principal fornecedor pelo empregado no ambiente de trabalho não caracteriza danos morais, em decorrência de exploração de imagem.
- C) Após o término do contrato de trabalho, o empregado tem obrigação de solicitar a exclusão de todas as imagens que o vincule à empresa, independentemente de ter havido autorização, remuneração para tanto, ou contrato de divulgação de imagem.
- D) O direito de imagem é um direito disponível pelo trabalhador, sendo certo que pode ou não ceder o seu uso ao empregador, desde que tenha autorização prévia por escrito e o pagamento equivalente ao proveito econômico obtido com a publicidade.
- E) Em eventual ação trabalhista em que o empregado requer indenização por danos morais, em decorrência de exploração de imagem, deve haver a comprovação do prejuízo gerado pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.

Questão 45

João ajuizou ação trabalhista em face de seu último empregador, requerendo a equiparação salarial com Ana, colega de trabalho, que ocupava o mesmo cargo e exercia as mesmas funções, bem como os reflexos. Foi formulado pedido de indenização por danos morais em face de doença ocupacional contraída durante a vigência do pacto laboral. Além disto, foi requerido o pagamento de horas extras laboradas e não pagas, assim como seus reflexos. Houve audiência de conciliação, a qual restou infrutífera, sendo marcada perícia médica para averiguação da doença ocupacional, sendo arbitrados honorários periciais em R\$ 1.000,00. A perícia não reconheceu a doença ocupacional. Na audiência de instrução foram colhidos os depoimentos pessoais das partes e oitiva de testemunhas. A sentença foi proferida em audiência, concedendo o benefício da Justiça gratuita, reconhecendo o pedido de equiparação salarial, bem como seus reflexos e o pagamento de horas extras e seus reflexos; o proveito econômico obtido foi de R\$ 200.000,00. Foi julgado improcedente o pedido de danos morais pela não comprovação da doença ocupacional. O valor da condenação foi devidamente pago. Assim, considerando o exposto na CLT, sobre os ônus sucumbenciais, assinale a afirmativa correta.

- A) Ao fixar o valor dos honorários periciais, o juízo deverá se basear nos valores máximo e mínimo praticados pela classe profissional que realizou os trabalhos periciais.
- B) João, por ter sido sucumbente na pretensão objeto da perícia, terá responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais, não sendo transferido o encargo para a União em face do proveito econômico obtido com ação.
- C) Serão devidos honorários advocatícios de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 20% sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
- D) O juízo poderá deferir parcelamento dos honorários periciais a pedido de João. Independentemente de pedido das partes, poderá o juízo exigir adiantamento de valores para realização de perícias, considerando a complexidade e o valor dos honorários fixados.
- E) Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários advocatícios de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários. Não sendo possível a cobrança de honorários em face de João, ainda que considere o proveito econômico obtido no processo.

Questão 46

Determinada empregada engravidou e teve seu bebê em 02 maio de 2021, sendo assegurado o gozo da licença-maternidade. Após o seu retorno às atividades laborais foi dispensada, sem justa causa, pelo empregador, em 13 de dezembro de 2021. Inconformada com a dispensa, de imediato, a funcionária ajuizou ação trabalhista, com pedido de reintegração e pedido de tutela provisória. Assim, de acordo com os fatos e o tema, assinale a afirmativa correta.

- A) A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de cento e vinte dias, sem prejuízo do emprego e do salário.
- B) A dispensa foi arbitrária e gera o direito de reintegração, uma vez que não foi observado o período de doze meses de garantia do emprego, previsto em lei.

- C) Caso a tutela provisória determinando a reintegração imediata seja deferida antes da sentença, a medida jurídica para cassar a decisão seria o agravo de instrumento.
- D) Na hipótese de parto de natimorto concede à empregada o repouso remunerado de duas semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.
- E) A dispensa sem justa causa durante o estado de gravidez somente poderá ocorrer se houver previsão em norma coletiva e se a empregadora receber acima do limite máximo do benefício do Regime Geral da Previdência Social.

Questão 47

Na reclamação trabalhista, a empregada disse que havia sido admitida em 2010 como auxiliar administrativo e, a partir de dezembro de 2020, tinha passado a exercer as funções de coordenadora administrativa sem receber a devida gratificação da função. Segundo ela, a colega que havia exercido anteriormente a função recebia uma gratificação de R\$ 3.000,00 em razão disso. Considerando o caso em tela, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Vago o cargo em definitivo de coordenadora administrativa, a empregada que passa a ocupá-lo não tem direito a salário igual ao do antecessor.
- B) Quando se tratar de substituição em definitivo, e não em caráter eventual, a empregada não possui direito à remuneração percebida pela empregada substituída.
- C) Na petição inicial, a empregada deveria solicitar a equiparação salarial, ainda que as empregadas não tenham exercido simultaneamente as mesmas funções ou cargos.
- D) Não há ofensa à isonomia de tratamento entre os empregados, uma vez que não se trata de salário, mas de gratificação concedida pelo exercício de determinado cargo.
- E) Na hipótese de haver diferença no salário em razão da função de coordenadora administrativa, enquanto perdurar a substituição no período nas férias, a empregada substituta fará jus ao salário contratual da substituída.

Questão 48

No que tange à responsabilidade estatal, é correto afirmar que decorre diretamente do Art. 37, § 6º da Constituição Federal a responsabilidade

- A) subjetiva do Estado quanto aos atos comissivos ou omissivos praticados no âmbito de Fundação Pública vinculada à sua administração pública indireta.
- B) objetiva do agente público causador de dano ao particular, quando, por omissão, deixar de expedir licença ambiental no prazo legalmente instituído.
- C) subjetiva do particular que exerce atividade potencialmente poluidora de reparar os prejuízos ambientais causados, independentemente de apuração de culpa em seu modo de agir.
- D) objetiva de Fundação Pública pela expedição indevida de licença ambiental, com o intuito de propiciar ao particular exercer atividade potencialmente poluidora das águas de um rio local.
- E) objetiva do empregado público de uma Fundação Pública que, responde diretamente pelo exercício de suas funções, podendo propor ação regressiva contra o Estado quando condenado a indenizar o particular.

Questão 49

O regime de trabalho na Fundação de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM) é o emprego público. Considerando as regras constitucionais aplicáveis aos servidores públicos em sentido amplo, assinale a assertiva correta.

- A) O valor máximo de remuneração para os empregados públicos da FEPAM é o teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- B) Os empregados públicos da FEPAM, por força de recente alteração constitucional, passam a contribuir para o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.
- C) O vínculo de advogado concursado da FEPAM, havendo compatibilidade de horários, é compatível com um vínculo de professor em escola municipal de Porto Alegre.
- D) O vínculo de advogado concursado da FEPAM, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, veda a concessão de afastamento para exercício de mandato eletivo.
- E) O processo de seleção dos empregados públicos da FEPAM, não é um concurso público propriamente dito, já que a Constituição Federal reserva o ingresso por concurso apenas para os estatutários.

Questão 50

Sobre a Lei nº 14.133/2021 e sua aplicação no âmbito das contratações públicas realizadas por Fundações Públicas, assinale a assertiva correta.

- A) As contratações que forem realizadas pela modalidade de tomada de preços ficam sujeitas aos novos limites estabelecidos para as Fundações Públicas e autarquias.
- B) O Convite, modalidade licitatória prevista na Lei nº 8.666/1993, sofre alteração de nomenclatura no regime da nova lei e tem seu valor atualizado para o limite de até cem mil reais.
- C) Os contratos administrativos, no teor da nova lei de licitações, podem sofrer alterações unilaterais, ainda que transfigurem integralmente o objeto inicial, desde que tal condição seja aceita pelo contratado.
- D) A nova lei de licitações não revogou, na íntegra, a lei instituidora do Regime Diferenciado de Contratações – RDC; portanto, o referido regime de contratação permanecerá vigente em todo o ano de 2023.
- E) Alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia que causem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado, provocando dano ao patrimônio da Administração podem configurar superfaturamento.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

INSTRUÇÕES

O uso de máscara durante a realização da prova é facultativo. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido o candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares e etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para todos as ocupações.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde a ocupação a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Folha de Respostas (Gabarito) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 4h30min (quatro horas e trinta minutos) para todas as ocupações. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Folha de Respostas (Gabarito).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas (A a E) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação a Folha de Respostas (Gabarito) devidamente assinada em local específico.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente decorridas 90 (noventa) horas do início de realização das provas; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de provas, para posterior análise feita pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 5 (dias) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.